



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

78ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Patrimônio Público

PORTARIA
Nº 054.2010.78ª PRODEPPP.1.1.423274.2009.5972
(Inquérito Civil)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, através da 78ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Patrimônio Público, pelo Promotor de Justiça infra-assinado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art. 129, inc. III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85; art. 26, I, da Lei nº 8.625/93; e art. 22 da Lei nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que é função institucional e dever do Ministério Público instaurar procedimento administrativo e inquérito civil, na forma da lei, para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem, na forma do art. 25, inc. IV, alínea “b”, da Lei nº 8.625/93, e art. 3º, inc. IV, alíneas “a” e “b”, da Lei Complementar Estadual nº 011/93;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por esta Promotoria Especializada, adotar medidas administrativas e judiciais previstas em Lei para a defesa e proteção do erário estadual e municipal, nos termos do art. 2º, IV e V, do ATO PGJ Nº 042/2008;

CONSIDERANDO a denúncia de possível irregularidade no pagamento, pela Prefeitura Municipal de Manaus, de 15.000 (quinze mil) refeições mensais para os trabalhadores da SEMOSBH, as quais não teriam sido entregues; e

CONSIDERANDO que o prazo deste Procedimento Preparatório encontra-se esgotado, e que ainda existem diligências imprescindíveis a serem realizadas, documentos já requisitados a serem recebidos e despachos a serem cumpridos,

R E S O L V E :

I – **CONVERTER** o Procedimento Preparatório nº 030/2009/78ª PRODEPPP em Inquérito Civil, para prosseguimento da apuração do fato acima narrado;

II – Autue-se em Inquérito Civil sob nº **030/2009/78ª PRODEPPP**;

III – Oficie-se à SEMOSBH, requisitando-se a relação de servidores lotados naquela Secretaria Municipal nos anos de 2008 e 2009, para remessa no prazo de 15 dias;

IV – Designar a servidora ILDETE SOUSA ALECRIM para secretariar os trabalhos inerentes ao Inquérito Civil.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Manaus, AM, 31 de agosto de 2010.

RONALDO ANDRADE
Promotor de Justiça